



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Carta Precatória Cível

1000299-94.2021.5.02.0081

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 16/03/2021

Valor da causa: R\$ 72.930,69

Partes:

DEPRECANTE: ROSELI AREAS DA SILVA BRITO

ADVOGADO: EDUARDO DE ASSIS FARIA

DEPRECADO: FIBRA INSTITUTO DE GESTAO E SAUDE

DEPRECADO: ANTONIO EFRO FELTRIN

TERCEIRO INTERESSADO: VERA LUCIA SIMOES CARNEIRO

TERCEIRO INTERESSADO: 46ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

TERCEIRO INTERESSADO: 23ª VARA DO TRABALHO DE ALTA FLORESTA

TERCEIRO INTERESSADO: 1ª VARA DO TRABALHO DE TERESÓPOLIS

TERCEIRO INTERESSADO: 58ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
CartPrecCiv 1000299-94.2021.5.02.0081
DEPRECANTE: ROSELI AREAS DA SILVA BRITO
DEPRECADO: FIBRA INSTITUTO DE GESTAO E SAUDE E OUTROS (1)

Edital de Leilão Judicial Unificado

81ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP

Processo nº 1000299-94.2021.5.02.0081

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 18/02/2025, às 10:20 horas, através do portal da leiloeira Fabiana Cusato - www.unileiloes.com.br serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: ROSELI AREAS DA SILVA BRITO, CPF: 072.045.997-48, exequente, e FIBRA INSTITUTO DE GESTAO E SAUDE; ANTONIO EFRO FELTRIN, CPF: 285.373.948-15, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

O IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 31.087 DO 10º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP. Nº CONTRIBUINTE: 080.152.0704-5. DESCRIÇÃO: O apartamento nº 53 localizado no 5º andar do Edifício A-1 do Conjunto Residencial Parque das Nações, Á Rua Nanuque nº 115, no 14º Subdistrito, Lapa, com a área construída de 98,62m², sendo 80,41m² de área útil e 18,21m² de área comum, e ainda a área comum descoberta real de 41,79m², à qual corresponde uma área de construção equivalente a 12,37m², com o direito ao uso de uma vaga para um veículo na área de estacionamento do condomínio, cabendo-lhe a fração ideal de 0,2860% no terreno descrito na matrícula 10117 deste Cartório, na qual sob o R.9, foi registrada a especificação de condomínio do referido conjunto. OBSERVAÇÕES: 1) Há indisponibilidade. 2) Há outras penhoras. 3) Conforme despacho do Juízo da Execução (ID fc39699), "o arrematante adquirirá o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débitos de IPTU, uma vez que se sub-rogarão no preço da hasta, nos termos do art. 130, do Código Tributário Nacional". 4) Verificou-se que o expediente restou silente com relação a eventual isenção dos débitos de condomínio. Ante a informação supra, à luz do decidido pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais e nos termos do art. 1º, § 8º do Provimento GP/CR nº 07/2021, ficarão a cargo do arrematante os débitos de condomínio que constarem expressamente do edital. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$

750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Local dos bens: Rua Nanuque, nº 115, apto 53, bloco A1, Vila Leopoldina, São Paulo/SP.

Total da avaliação: 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Lance mínimo do leilão: 50%

Leiloeiro Oficial: Fabiana Cusato

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: juridico@unileiloes.com.br com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;
- c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.
- d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.
- f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao

Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 9:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 07 de outubro de 2024.

RAFAELLA CARVALHO FURTADO

Servidor



Documento assinado eletronicamente por RAFAELLA CARVALHO FURTADO, em 07/10/2024, às 14:25:35 - c530584
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24100714253194200000370424341?instancia=1>
Número do processo: 1000299-94.2021.5.02.0081
Número do documento: 24100714253194200000370424341